

Migração no Peru

69



ROBERTO ABUSADA SALAH
CINTHYA PASTOR VARGAS*

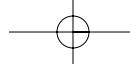
INTRODUÇÃO

O número de emigrantes peruanos nas últimas décadas apresentou um forte crescimento e, hoje, mais de 10% dos habitantes do Peru¹ encontram-se residindo fora de suas fronteiras geográficas. Este movimento migratório foi acentuado a partir do ano 2000, o que parece paradoxal dado o crescimento econômico e as grandes melhorias nas cifras macroeconômicas que o Peru apresentou a partir desse ano. Entre os anos 2000 e 2007, o crescimento médio do PIB foi de 5,1%, a inflação média foi de 2,3% e a dívida do setor público foi reduzida de 45,7% do PIB no ano 2000 para 29,1% do PIB em 2007. No entanto, não foi possível reduzir significativamente o nível de pobreza e, em 2007, 39,3% da população encontravam-se nessa situação.

Portanto, a desigualdade na distribuição da renda e a sua concentração em uma pequena porção da população refletem um dos principais problemas que afligem o Peru e representam fator determinante para a emigração de peruanos.

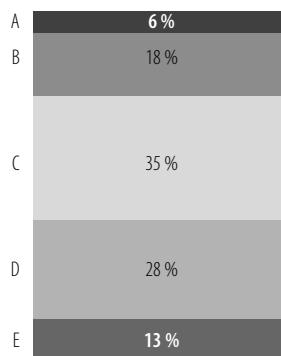
* Agradecemos a ajuda de Alfonso Fernández Lazo na elaboração do documento.

1 Segundo o último censo realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INEI) em 2007, a população do Peru é de aproximadamente 28.220.764 habitantes.

**Tabela I.** Nível de pobreza no Peru, 2004-2007. (% da população)

| | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 |
|----------|------|------|------|------|
| Nacional | 48,6 | 48,7 | 44,5 | 39,3 |
| Litoral | 35,1 | 34,2 | 28,7 | 22,6 |
| Serra | 64,7 | 65,6 | 63,4 | 60,1 |
| Selva | 57,7 | 60,3 | 56,6 | 48,4 |

Fonte: INEI, 2008.

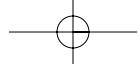
Gráfico I. Grande Lima – Distribuição dos lares por nível socioeconômico, 2008. (% do total de entrevistados)

Nota: O nível socioeconômico A corresponde aos lares com maior renda, enquanto que o nível socioeconômico E corresponde aos lares com menor renda.

Fonte: Ipsos Apoyo Opinión y Mercado, 2008.

No entanto, o movimento da população, além de responder a fatores socioeconômicos, pode ser impulsionado pela falta de estabilidade ou a fragilidade dos regimes democráticos, a existência de conflitos armados internos, a incapacidade do sistema produtivo de absorver adequadamente a mão de obra disponível, entre outros.

Por outro lado, a importância da migração não pode ser compreendida sem o estudo do envio de remessas, já que, como mencionam Fanjnzylber e López (2008), ambas são, na realidade, “duas faces da mesma moeda”. Assim cabe ressaltar que, segundo cálculos do BID, o fluxo de remessas em 2007 chegou a representar US\$ 2.900, e estima-se que, para 2008, o montante cresça cerca de 10%.



peru

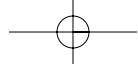
71

O presente artigo busca identificar as tendências e fazer a caracterização dos principais movimentos migratórios no Peru, além de analisar as causas e os efeitos destes movimentos. Do mesmo modo, pretende mostrar quais são os potenciais benefícios e os custos da migração e com que tipos de política o problema pode ser enfrentado.

Na Seção 1 são analisadas as tendências migratórias, tanto históricas quanto recentes dentro do Peru, ao passo que, na segunda seção, realiza-se uma caracterização dos emigrantes peruanos respectivamente. É relevante mencionar que o artigo concentra-se na emigração de peruanos uma vez que, apesar de o Peru ter sido um país receptor de imigrantes entre 1920 e 1950, a partir de 1950, o país deixa de sê-lo e se converte em um emissor de emigrantes, tendência que se mantém até os dias de hoje. Assim, a imigração é considerada um fenômeno pouco significativo no Peru e para o qual não há uma série formal de estatísticas.

As estatísticas apresentadas nestas seções, relacionadas à emigração são originárias de duas fontes. Em primeiro lugar, foi utilizado o registro de entradas e saídas de peruanos e estrangeiros administrado pela Direção Geral de Migrações e Naturalização do Ministério do Interior (DIGEMIN), que considera os dados registrados na base de dados do Cartão Andino de Migração (*Tarjeta Andina de Migración* – TAM) em cada ponto de controle migratório, o qual deve ser preenchido toda vez que um peruano sair ou entrar no território nacional. Cabe ressaltar que uma das limitações do presente estudo é que, até poucos anos atrás, não existia um sistema adequado de coleta de informação migratória, o que impedia a correta caracterização dos emigrantes peruanos, a elaboração de séries históricas e a medição do impacto das políticas aplicadas. Por isso, calculava-se a magnitude do número de peruanos radicados no exterior a partir da subtração entre o número de saídas de peruanos para o exterior e o número de entradas de peruanos vindos do exterior. No entanto, graças a um Convênio de Cooperação Técnica entre o Instituto Nacional de Estatística e Informática (INEI), a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e a DIGEMIN, estabeleceu-se a utilização sistemática e consistente dos dados proporcionados pelo cartão TAM. Assim, graças à obrigatoriedade de preenchimento deste por todo peruano que sai ou entra no país, foi possível criar uma base de dados desde 1990, que é mantida atualizada diariamente e constitui a única fonte de informação contínua.

Em segundo lugar, dado que o cartão TAM não reúne todas as características dos emigrantes, tomaram-se como fonte os dados do Censo Nacional Contínuo (*Encuesta Nacional Continua* – ENCO) 2006, elaborado pelo INEI, que, apesar de ser um censo pouco abrangente e de alcance limitado,



permite identificar se no lar pesquisado existe algum membro que tenha emigrado e se ele envia remessas. Com base neste censo podem-se, então, conhecer as características do lar receptor das remessas. O censo ENCO é realizado em nível nacional nas áreas urbana e rural dos 24 departamentos e da Província Constitucional do Callao.

A terceira seção mostra a evolução socioeconômica da emigração nas famílias receptoras de remessas analisando o impacto que as remessas poderiam ter sobre a pobreza e a renda das famílias peruanas. Os resultados obtidos para a Seção 3.3 utilizaram o Censo Nacional de Lares (ENAHO) 2007 elaborado pelo INEI. Este é um censo extenso que permite, entre outros temas, identificar, com maior nível de detalhamento que o ENCO, se a família recebeu ou não remessas, os montantes recebidos, as rubricas para as quais as remessas são destinadas, entre outros.

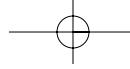
Na quarta seção são descritas algumas políticas migratórias já implementadas e são propostas algumas mudanças e/ou políticas que poderiam ser implementadas para atenuar os efeitos da emigração no Peru. Finalmente, na quinta seção, o estudo é concluído.

I. TENDÊNCIAS MIGRATÓRIAS RECENTES

O fenômeno da migração de peruanos ao exterior tem apresentado uma forte tendência de alta particularmente nos últimos 25 anos. Partindo da definição de que no caso peruano um emigrante é aquele que deixa o país por mais de 6 meses, em 1980 calculava-se que a população peruana no exterior era de 500 mil pessoas. Segundo Altamirano (2006), no início dos anos 1990, esta cifra elevou-se para um milhão de pessoas e, segundo cálculos oficiais, estimava-se que cerca de 2,8 milhões de peruanos encontravam-se residindo no exterior no ano 2005, o que representa um crescimento de mais de 460% com relação ao valor da década de 1980. A onda migratória presenciada no Peru é o resultado de um conjunto de forças tanto sociais quanto econômicas e políticas que se desenvolvem de maneira paralela à história recente do país. Fazendo um estudo destas forças, Altamirano (2006) sintetiza a história recente das migrações a partir do e em direção ao Peru em cinco fases desde o início do século XX até o presente momento.

I.I Primeira Fase (1920-1950)

Nesta primeira fase, o Peru se desenvolve basicamente como um país receptor de imigrantes, principalmente provenientes da Europa. No caso dos



migrantes do Peru em direção ao resto de países, há registros de migrações muito limitadas e principalmente orientadas para as grandes metrópoles da Europa. Neste caso, a grande maioria dos emigrantes peruanos pertencia à oligarquia comercial, proprietária de terras e industrial. Para estes grupos sociais, migrar e poder inserir-se nas sociedades europeias era sinal de prestígio e de poder.

1.2 Segunda fase (1950-1970)

Nesta etapa começa a emigração de cidadãos peruanos de classe média, médios empresários e estudantes. Estes dirigem-se principalmente aos Estados Unidos, posto que nesse país ocorria importante crescimento nos âmbitos econômico e populacional. Apesar das emigrações para os países da Europa Ocidental continuarem sendo compostas em sua maioria pela classe alta de Lima, na década de 1960, observa-se um fluxo importante de emigrantes peruanos para a França objetivando estudos universitários. Nessa década, experimenta-se o que Altamirano chama de “a transição na migração transnacional”, isto é, o Peru deixa de ser um país de imigrantes e se converte em um país de emigrantes. Esta tendência é mantida até os dias de hoje.

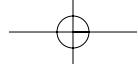
1.3 Terceira fase (1970-1980)

Durante esta década, a emigração de estudantes e trabalhadores de classe média começa a se tornar maciça e os grandes fluxos de emigrantes dirigem-se principalmente para os Estados Unidos e, pela primeira vez, para o Canadá. Observa-se, além da emigração aos tradicionais destinos da Europa Ocidental, um incremento nas emigrações em direção aos países socialistas, migração que possuía um caráter principalmente educativo e cultural.

1.4 Quarta fase (1980-1990)²

Neste período, quase todas as classes sociais se encontravam representadas nos fluxos migratórios. Pela primeira vez, os países escandinavos receberam peruanos, sobretudo trabalhadores braçais e refugiados políticos.

² O presente artigo exclui os dois primeiros anos da década de 1990, pois são incluídos na quarta fase identificada por Altamirano (2006).



Outrossim, na segunda metade da década de 1980, o Japão começa a receber, em sua costa, milhares de trabalhadores peruanos. É relevante ressaltar que um fenômeno importante ocorrido neste período é a integração das mulheres ao processo migratório, que vinha se desenvolvendo desde a década de 1950, muitas delas procedentes de povoados da serra peruana.

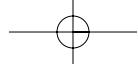
1.5 Quinta fase (1990 até os dias atuais)

Nesta fase, a emigração acaba se convertendo em um fenômeno maciço que abrange praticamente todas as classes sociais do Peru. A principal característica deste período é o aumento exponencial do número de emigrantes que, como será visto posteriormente, dá-se principalmente na chegada do século XXI. A magnitude deste fenômeno conseguiu ser captada graças às estatísticas elaboradas pela Direção Geral de Migrações e Naturalização do Ministério do Interior (DIGEMIN), a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e o Instituto Nacional de Estatística (INEI). Desde 1990, estas instituições vêm elaborando uma base de dados que permite identificar quem saiu do país por qualquer dos terminais existentes em todo o território nacional. A seguir, são apresentadas as principais observações realizadas pelas instituições mencionadas anteriormente.³

Em primeiro lugar, em relação ao número de peruanos que emigraram ao exterior, para o período janeiro 1990 – junho 2007, há registro de 1.940.817 pessoas, cifra que mediante um cálculo simples apresenta uma média de aproximadamente 108.000 emigrantes por ano, embora este número deva ser considerado com cautela, posto que o fluxo de emigrantes acelerou-se a um ritmo sem precedentes nos últimos anos. Deste modo, em 1990 migraram para fora do Peru 46.506 habitantes, ao passo que, no ano de 2006, esta cifra aumentou em mais de 500%, chegando a 291.500 pessoas.

Com relação ao destino dos emigrantes peruanos, em termos acumulados entre 1990 e 2007, 67% dos emigrantes peruanos escolheram como continente de destino a América (1.299.385 peruanos), 28,4%, a Europa (551.189 peruanos), 4%, a Ásia (76.700 peruanos) e 0,7%, a África e Oceania (13.543 peruanos). E os principais países de destino dos emigrantes peruanos entre 1990 e 2007 foram: Estados Unidos (30,6%), Argentina (14%), Espanha (13%), Chile (9,3%), Japão (3,7%) e Venezuela (3,1%).

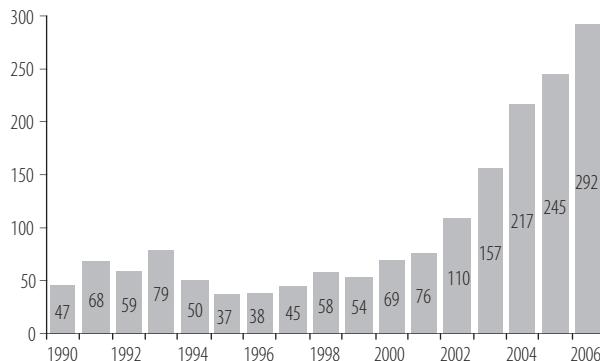
3 Dada a disponibilidade de informação, as cifras apresentadas no artigo correspondentes ao ano 2007 encontram-se até junho desse ano.



peru

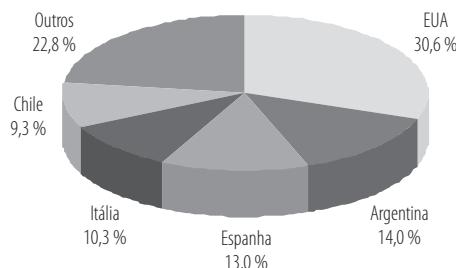
Gráfico 2. Emigração internacional de peruanos, 1990-2006. (mil emigrantes)

75



Nota: A informação contida entre os anos 1990 e 1993 considera somente os saldos publicados no Anuário de Migrações 2003. A partir do ano 1994, consideram-se os resultados derivados da base de dados criada em função do Cartão Andino de Migrações (*Tarjeta Andina de Migraciones* – TAM)

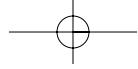
Fonte: Peru: Estatísticas da Migração Internacional de Peruanos 1990 – 2007, OIM, DIGEMIN e INEI (2008).

Gráfico 3. Principais países de destino dos emigrantes peruanos, 1990-2007. (% do total acumulado de emigrantes)

Nota: A informação contida entre os anos 1990 e 1993 considera somente os saldos publicados no Anuário de Migrações 2003. A partir do ano 1994 consideram-se os resultados derivados da base de dados criada em função do Cartão Andino de Migrações (*Tarjeta Andina de Migraciones* – TAM). Os dados de 2007 se encontram até o mês de junho.

Fonte: Características dos migrantes internacionais, lares de origem e receptores de remessas, OIM, INEI (2008).

Para o caso dos Estados Unidos, as cifras mostram que foi o destino favorito dos emigrantes peruanos. Isto poderia ser explicado pelas maiores oportunidades de trabalho, mas também pelo diferencial salarial da mão de obra não qualificada com relação ao Peru. Esta migração, que não é específica dos

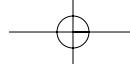


peruanos, explica a rigidez por parte das autoridades migratórias norte-americanas no que diz respeito aos controles de acesso ao país e à obtenção de vistos. Com relação à Europa, dentro da qual o destino preferido dos peruanos emigrantes é a Espanha, as dificuldades são ainda maiores, devido aos mais altos custos de viagem, estadia e às dificuldades para obtenção do visto e da permissão de residência, produto da rígida política migratória imposta pelas autoridades europeias. No caso da América do Sul, os custos menores e a ausência de restrições à mobilidade de pessoas (por exemplo, não se exige visto para visitar Argentina, Chile, Colômbia, Brasil, Equador ou Uruguai) favorecem o maior fluxo de peruanos em direção aos países da região, sendo a Argentina o destino preferido. No caso da Bolívia, país com regular entrada de peruanos, existe um fenômeno de caráter marcadamente cultural e comercial, dada a proximidade entre Puno e La Paz, cidades que criaram fortes vínculos mercantis. A maioria dos emigrantes peruanos para a Bolívia pertence a níveis socioeconômicos baixos e compartilham costumes ancestrais com os povos bolivianos.

A dinâmica das migrações ao exterior nas duas últimas décadas do século XX deve ser entendida como um fenômeno intimamente ligado aos acontecimentos políticos e econômicos do país. Assim, uma das razões que poderia explicar a emigração no Peru é o menor custo da mão de obra peruana com relação ao custo da mão de obra em outros países para alguns trabalhos operários ou não qualificados, que não requerem muita capacitação ou preparação. Por outro lado, Altamirano (2006) menciona que, quanto maior for a crise econômica e política, maior será o saldo migratório⁴ do período.

Assim, por exemplo, no período imediatamente posterior ao primeiro governo de Alan García (julho 1985 – julho 1990), que foi um período marcado por muita instabilidade no Peru, produto da violência política e de fundo econômico (nos 5 anos de governo de García, a inflação acumulada chegou a 2.000.000%, o Produto per Capita entre 1985 e 1989 caiu aproximadamente 14%, deu-se um isolamento econômico, financeiro e comercial, o Peru esteve a ponto de ser expulso do FMI e do Banco Mundial, entre outros), observa-se um elevando aumento no fluxo de emigrantes peruanos, passando de 32.000 em 1985 a 75.000 em 1990. O saldo migratório estabilizou-se a partir de 1992 com a captura do líder senderista Abimael Guzmán e a volta ao caminho da estabilidade macroeconômica. Igualmente, durante o caos político que se viveu no Peru ao final do governo de Fujimori, que coin-

4 Diferença entre peruanos que saem do país e peruanos que entram.



cide com a turbulência financeira associada às crises russa e brasileira, observa-se um aumento no fluxo de emigrantes.

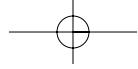
Para Altamirano, o aumento sem precedentes que se observa a partir de 2002 tem correlação não somente com fatores locais, como a falta de governabilidade no Peru, mas também com causas externas que surgem do “mercado trabalhista global, das redes transnacionais, da revolução dos meios de comunicação e do problema do estancamento ou decréscimo da população nos países ricos” (Altamirano, 2006:121).

Como conclusão, pode-se assinalar que, ao longo dos últimos 90 anos, o processo migratório do Peru passou por várias etapas, cada uma delas intimamente relacionada aos acontecimentos políticos, econômicos e sociais do país. Através de sua história republicana recente, o Peru passou de um país receptor líquido de migrantes no início dos anos 1920 – basicamente europeus que vinham com a ideia de “fazer a América” – revertendo a situação em meados do século XX, até se converter no país emissor líquido de migrantes que é hoje em dia. Ao longo de todo esse tempo, os EUA se tornaram o principal destino dos emigrantes peruanos.

2. CARACTERIZAÇÃO DOS IMIGRANTES

A presente seção apresenta as principais características dos emigrantes peruanos como gênero, idade, ocupação, entre outros.

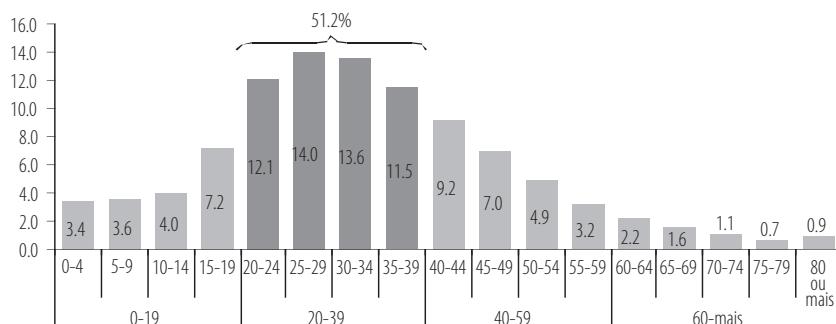
Em termos gerais, pode-se começar assinalando a semelhança que existe no que diz respeito ao gênero dos emigrantes que saíram do país desde o ano de 1990. Assim, do total acumulado de emigrantes peruanos entre 1990 e 2007, 51,25% foram mulheres, enquanto 48,75% foram homens, tendo permanecido ambos os níveis muito próximos entre si ao longo de todo o período do estudo. Apesar da pouco significativa diferença entre os gêneros, existem países que recebem maior fluxo de mulheres peruanas – como Argentina, Chile, Itália, Alemanha, França, Suíça e Países Baixos –, enquanto países como Venezuela, Bolívia, Brasil, Equador, México, Colômbia e Reino Unido vêm recebendo uma quantidade maior de homens. A diferença estaria explicada, entre outros fatores, por algumas políticas implementadas em certos países receptores que incentivam a migração de profissionais para certos trabalhos que são tradicionalmente realizados por apenas um dos sexos. O caso das recentes políticas de recepção de enfermeiras em alguns países da Europa constitui um claro exemplo deste tipo de medidas. Além disso, cabe ressaltar que, no caso dos Estados Unidos e da Espanha, que são os principais destinos



dos emigrantes peruanos, há um fluxo quase homogêneo de mulheres e homens.

Com relação à idade dos peruanos ao emigrar, entre 1994 e 2007, 51,2% do total dos emigrantes se encontravam na faixa entre 20 e 39 anos. Isto poderia ser explicado pela maior facilidade que as pessoas pertencentes a este grupo etário têm para se adaptar a novas condições de atividade, dada sua escassa experiência de trabalho e as poucas responsabilidades familiares. Em segundo lugar, encontravam-se as pessoas entre 40 e 59 anos, que representam 24,3% do total de emigrantes. O grupo de emigrantes entre 0 e 19 anos também é importante e representa 18,2% do total de emigrantes.

Gráfico 4. Distribuição de emigrantes peruanos conforme a idade, 1994-2007.
(% do total de emigrantes)

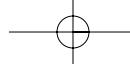


Fonte: Peru: Estatísticas da Migração Internacional de Peruanos 1990-2007, OIM, DIGEMIN e INEI (2008).

Cabe ressaltar que a diferença entre o número de emigrantes masculinos e femininos vai se tornando considerável à medida que aumenta a idade, aumentando a proporção de emigrantes do gênero feminino quanto maior for a faixa etária (por exemplo, as mulheres representam 62,4% para o grupo de idade entre 75 e 79 anos).

Com relação ao estado civil dos peruanos ao emigrar, em primeiro lugar encontram-se os solteiros, que representaram, entre 1994 e 2007, 74,4%, seguidos pelos casados (19%). Cabe ressaltar que há uma distribuição similar de gêneros entre as pessoas solteiras e casadas, no entanto, para o caso dos emigrantes viúvos e divorciados (que representam apenas 0,6% do total dos emigrantes), a maioria pertence ao gênero feminino (87,7% e 70,9%, respectivamente).

Com relação à ocupação ou profissão dos emigrantes no momento de sair do país, entre 1994 e 2007, a maioria dos emigrantes era estudante (28,2%).



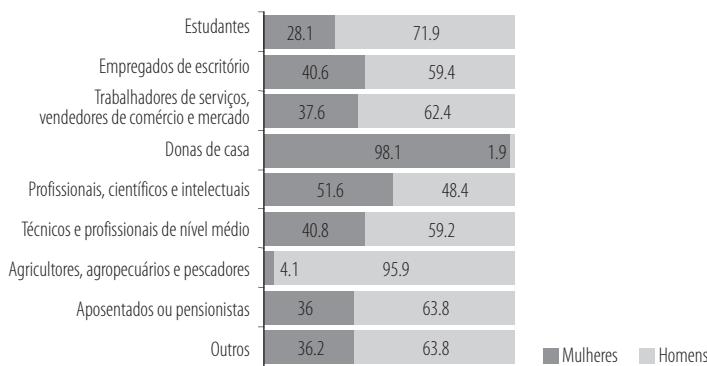
Entre outras ocupações representativas encontram-se os empregados de escritório, que representam 13,3%. Em seguida, encontram-se os trabalhadores do setor de serviços, vendedores de comércio e mercado, que representam 10,8% do total de emigrantes; as donas de casa representam 10,5% e os profissionais, científicos e intelectuais representam 10,4% dos emigrantes. Além disso, 5,7% dos emigrantes eram técnicos e profissionais de nível médio.

Gráfico 5. Distribuição da ocupação dos emigrantes peruanos, 1994-2007.
(% do total de emigrantes)

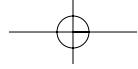


Fonte: Peru: Estatísticas da Migração Internacional de Peruanos 1990-2007, OIM, DIGEMIN e INEI (2008).

Gráfico 6. Distribuição da ocupação dos emigrantes peruanos por gênero, 1994-2007.(% dentro de cada grupo ocupacional)



Fonte: Peru: Estatísticas da Migração Internacional de Peruanos 1990-2007, OIM, DIGEMIN e INEI (2008).



Com relação ao lugar de procedência dos emigrantes peruanos, entre 1994 e 2007, 71,1% dos emigrantes peruanos vieram dos Departamentos da região litorânea, 25,9%, dos Departamentos da serra e apenas 3% dos Departamentos da selva. Cabe ressaltar que, em nível nacional, 13,1% dos emigrantes peruanos teve Lima como última residência. O Departamento de Puno se destaca com 14,7% dos emigrantes peruanos.

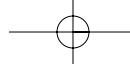
Em conclusão, deve-se assinalar que, no que diz respeito ao gênero dos emigrantes, o fluxo é muito similar. Além disso, a idade dos emigrantes situa-se majoritariamente entre 20 e 39 anos, havendo aumento da diferença entre emigrantes homens e mulheres, a favor do gênero feminino, à medida em que a idade aumenta. Em relação ao estado civil dos emigrantes e sua ocupação, aproximadamente 75% afirma ser solteiro e mais de 25% menciona estar seguindo algum tipo de estudo. Finalmente, mais de um terço dos emigrantes peruanos vem de Lima.

3. AVALIAÇÃO SOCIOECONÔMICA DAS FAMÍLIAS RECEPTORAS DE REMESSAS

A presente seção analisa o impacto que as remessas podem ter sobre a pobreza e a renda das famílias peruanas. Para isso, em primeiro lugar são apresentadas as características mais importantes das famílias receptoras de remessas, para em seguida analisar algumas relações identificadas previamente por outros autores, como a relação existente entre as transferências do exterior e alguns hábitos de consumo e investimento das famílias; a correspondência entre o fato de uma família receber remessas e se encontrar ou não sob a linha de pobreza, e a forma com a qual são utilizados os fluxos de remessas na maioria dos casos. Do mesmo modo, é apresentado um anexo, no qual, utilizando uma metodologia similar à utilizada em estudos prévios sobre migração, avalia-se o impacto do recebimento de remessas sobre a pobreza.

3.1 Caracterização das famílias receptoras de remessas

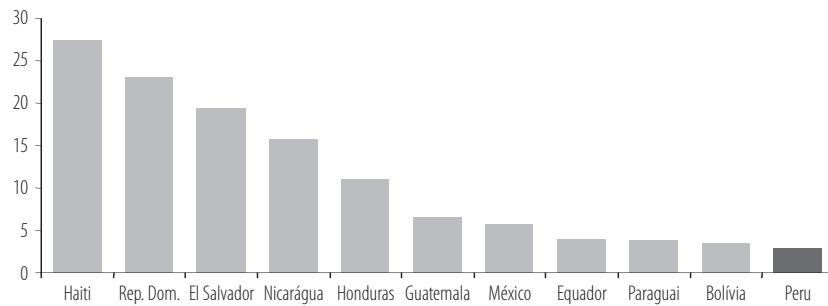
Segundo Fanjnzylber e López (2008), no ano 2001, o Peru era o país com o menor percentual de famílias receptoras de remessas da região (3%), seguido de perto pela Bolívia, Paraguai e Equador. Partindo de uma análise do mais recente Censo Nacional de Lares (ENAHO 2007), pode-se chegar à conclusão de que a situação no Peru não mudou muito desde então, já que aproximadamente 317 mil famílias recebem remessas, isto é, menos de 4,75% do total de famílias perante os 3% estimados em 2001.



peru

81

Gráfico 7. Famílias receptoras de remessas por país, 2001.
(% do total de famílias)

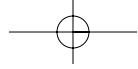


Fonte: Fanjnzylber y López, 2008.

Tabela 2. Perfil das famílias receptoras de remessas no Peru.

| País | Peru |
|--|--|
| Principais cidades receptoras | Lima, Huancayo e Piura |
| Lugar de procedência de remessas | Estados Unidos 50% Europa 26% América Latina 18% Outros 6% |
| Número de vezes ao ano em que recebe remessas (média) | 9 |
| Montante médio de recebimento | \$16 |
| Modo de envio e custo | Meios formais <i>companhias internacionais</i> <i>entidades financeiras</i> 59% 24% 35% Meios informais <i>courier ou correio</i> <i>viageantes</i> 41% 15% 26% |
| % de recebedores que utilizam as remessas em despesa corrente | 60 |
| Dentre as pessoas que preveem investir as remessas que recebem, que usos lhes dão? | Empreender um negócio 51% Educação 21% |
| % de recebedores com conta bancária | 33 |
| % de recebedores que sabem operar um caixa automático | 66 |

Fonte: BID (2006) – Censo de opinião pública de recebedores de remessas no Peru, Bendixen & Associates.



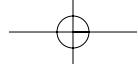
Em termos gerais, o perfil do receptor de remessas no Peru é de uma natureza muito particular. A seguir, são listadas algumas de suas características mais marcantes, segundo o Censo de Opinião Pública de Receptores de Remessas no Peru, realizado no ano 2006 por solicitação do Fundo Multilateral de Investimentos (FOMIN) do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) à consultoria Bendixen & Associates.

Fazendo uma análise comparativa em nível regional, identifica-se que os resultados obtidos para o Peru são muito similares aos observados na Colômbia, Bolívia e Equador, enquanto se verificam grandes diferenças com alguns países mais dependentes de remessas, como o México. O montante médio recebido por remessas no Peru (US\$ 166) encontra-se em linha com as médias declaradas pelo restante dos países andinos (Bolívia, Equador e Colômbia têm montantes médios enviados de US\$ 165, US\$ 175 e US\$ 223, respectivamente). Outrossim, no Peru, as remessas enviadas dos EUA representam 50% do total de remessas, situação similar à do Brasil, República Dominicana e Equador. Em países da América Central, como Honduras ou El Salvador, ao contrário, este montante chega a representar mais de 90%. Por outro lado, com relação ao montante enviado por remessa ao Peru, que em 2006 representou aproximadamente 3% do PIB segundo o BID, há muitas diferenças entre os países da região. Assim, as remessas no Brasil alcançam apenas 0,7% do PIB, enquanto na Guatemala representam 25% do PIB. Estas diferenças se devem a fato de que o número de emigrantes que envia remessas varia entre os países de acordo com a população, além do que se deve levar em conta que os montantes calculados por envio de remessas encontram-se subestimados em alguns países devido à existência de canais informais de envio.

Tabela 3. Remessas na região, 2006.

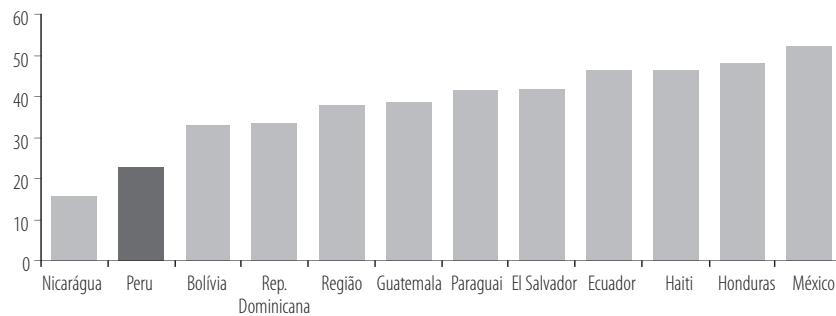
| | Remessas (milhões de US\$) (%) do PIB) | | | Remessas (milhões de US\$) (%) do PIB) | |
|----------|---|------|-----------------|---|-------|
| México | 23.000 | 2,40 | Bolívia | 1.000 | 8,96 |
| Brasil | 7.300 | 0,68 | Rep. Dominicana | 2.900 | 9,11 |
| Colômbia | 4.200 | 2,74 | Guatemala | 3.600 | 10,19 |
| Peru | 2.800 | 3,03 | El Salvador | 3.300 | 17,69 |
| Equador | 2.900 | 7,00 | Honduras | 2.300 | 24,91 |
| Paraguai | 650 | 7,01 | | | |

Fonte: BID (2006) – Censo de opinião pública de recebedores de remessas no Peru, Bendixen & Associates.



A respeito da importância das remessas dentro da renda total das famílias receptoras no Peru, os resultados derivados do censo ENAHO 2007 permitem concluir que, em média, as remessas representam aproximadamente 20,08% da renda destas famílias. Segundo Fajnzylber e López (2008), este número é um dos mais baixos da região, uma vez que, para o resto dos países, o percentual de renda de cada família representado pelas remessas varia entre 30% e 50%, situando-se abaixo desta faixa apenas Peru e Nicarágua.

Gráfico 8. Remessas no Peru, 2001. (% da renda das famílias)

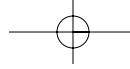


Fonte: Fajnzylber y López, 2008.

Os dados apresentados anteriormente nos permitem verificar que, comparado aos demais países da região, o Peru é um dos que ocupa posição inferior no ranking com relação ao número de famílias que recebem remessas, já que mais de 15% do total de famílias em cada um dos países da América Central, como Haiti, República Dominicana e Nicarágua recebem remessas. No entanto, ainda que no Peru menos de 5% das famílias recebam remessas, elas representam 20% da renda destas famílias.

3.2 Principais observações de estudos prévios

No estudo de Fajnzylber e López (2008), *Remittances and Development: Lessons from Latin America*, editado pelo Banco Mundial, é feita uma análise do impacto das remessas mediante a construção de cenários contrafáctuais com informação do ano 2002 para um conjunto de países. O cenário contrafactual analisa como a família teria se comportado se a pessoa que envia as remessas não tivesse emigrado; isto é, sem o recebimento das remessas. A seguir, são destacados os principais resultados desse estudo para o caso peruano.

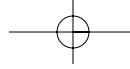


Em primeiro lugar, com relação ao nível de pobreza, Fajnzylber e López identificam que o recebimento de remessas gera uma redução da pobreza já que os resultados mostram que a renda de um lar considerando o recebimento de remessas não consegue ser substituída completamente pela renda gerada caso a pessoa que envia as remessas não tivesse emigrado. Portanto, pode-se observar que, sob o cenário contrafactual, há mais famílias na pobreza extrema ou na pobreza do que no cenário normal. É importante mencionar que, apesar de identificar o efeito das remessas sobre a pobreza, é provável que este impacto esteja subestimado, uma vez que o recebimento de remessas não gera imediatamente a saída da pobreza, sendo este um processo dinâmico já que as melhorias na qualidade de vida e o acesso a serviços demandam um certo tempo. Do mesmo modo, o efeito também estaria subestimado devido ao fato de a informação ter sido coletada em um dado momento no tempo (ENAHO, 2007), sendo possível ter receptores de remessas que já se encontram no processo de saída da pobreza e que não tenham sido considerados nos resultados.

Em segundo lugar, Fajnzylber e López identificam o impacto das remessas na distribuição da riqueza. Deste modo, ao excluir as remessas como parte da renda das famílias no Peru (cenário contrafactual), o coeficiente de Gini⁵ é ligeiramente superior àquele do cenário normal, o que indica que, no caso de não haver ocorrido a migração, a distribuição da riqueza teria sido mais desigual.

Em terceiro lugar, Fajnzylber e López identificam o impacto do recebimento de remessas na taxa de poupança das famílias. Desta forma, mostram que existem diferenças entre as famílias de acordo com os níveis de renda, os quais são definidos mediante a distribuição por quintis⁶ da renda contrafactual. Desta maneira, pode-se notar que as famílias pobres, aquelas correspondentes ao primeiro quintil, pouparam uma proporção pequena de sua renda.

-
- 5 O coeficiente de Gini é o indicador mais utilizado para medir a desigualdade na distribuição da riqueza em uma sociedade. Define-se como um raio que vai de 1 a 0, obtendo 0 aquela sociedade perfeitamente igualitária (todos os indivíduos recebem a mesma proporção da renda), enquanto uma sociedade perfeitamente desigual (somente um indivíduo tem toda a renda, enquanto os demais não têm nada) obteria um Gini de 1.
- 6 Um quintil é a quinta parte de uma população ordenada do menor ao maior em função de alguma característica sua, neste caso, a população se organiza de acordo com o nível de renda. Assim, o primeiro quintil representa 20% da porção da população mais pobre; o segundo quintil é o nível seguinte e assim sucessivamente até o quinto quintil que representa a população mais rica.



No entanto, percebe-se que as famílias pobres que recebem remessas pouparam uma maior proporção de sua renda com relação às famílias pobres não receptoras. Com relação às famílias dos quintis correspondentes à classe média, elas apresentam maiores taxas de poupança que as famílias pobres. Com relação às famílias mais ricas, as famílias receptoras de remessas apresentam menores níveis de poupança que aquelas não recebedoras de remessas.

Tabela 4. Taxa de poupança das famílias peruanas de acordo com o quintil de renda, 2002. (% da renda familiar)

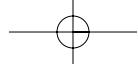
| Quintil de rendimento contrafactual | Famílias receptoras de remessas | Famílias não receptoras de remessas |
|--|------------------------------------|--|
| Q1 | 10,5 | 3,4 |
| Q2 | 10,4 | 13,1 |
| Q3 | 27,8 | 19,6 |
| Q4 | 18,1 | 27,3 |
| Q5 | 19,2 | 39,8 |

Fonte: Remittances and Development: Lessons from Latin America.

No que diz respeito aos hábitos de consumo no Peru, Fajnzylber e López identificam que as famílias receptoras de remessas tendem a destinar um maior percentual de sua renda total a investimentos em capital humano relacionados com educação e saúde, assim como também observa-se um incremento no consumo de bens não duráveis. Estes resultados encontram-se em linha com aqueles encontrados por Loveday e Molina (2006), que sugerem que poderia existir uma relação direta entre o recebimento de remessas e os gastos da família com saúde e educação.⁷

Fajnzylber e López também encontraram evidência de diminuição da proporção do gasto destinado a alimentos e bens duráveis para outros 6 países da região, assim como um aumento da proporção destinada a bens não duráveis e a investimentos em capital físico e humano, como saúde, educação e habitação, por parte das famílias receptoras de remessas quando comparadas com famílias não receptoras. Os autores ressaltam que estes resultados são sig-

⁷ Os autores mencionam que um dos achados da pesquisa é que, em todo o Peru, o recebimento de remessas eleva as probabilidades de gastar mais com saúde e educação.



nificativos apenas para o caso do Peru, El Salvador e Guatemala. Por outro lado, os autores mencionam que, com exceção do México, existe uma maior recomposição da despesa com saúde e educação nos receptores de remessas localizados nos níveis socioeconômicos médios e altos, enquanto que, para famílias de níveis socioeconômicos mais baixos, a recomposição se dá para bens de consumo não duráveis.⁸

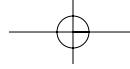
3.3 Observações recentes

Os resultados obtidos por Fajnzylber e López revelam efeitos interessantes do recebimento de remessas, no entanto, os dados utilizados em seu estudo pertencem ao ano de 2002, motivo pelo qual, a seguir, empregaremos a mesma análise com a informação correspondente ao Censo Nacional de Lares 2007 (ENAHO, 2007) elaborado pelo INEI, o que permitirá fazer uma análise recente da situação das famílias receptoras de remessas no Peru. Cabe ressaltar que, devido ao censo não possuir um módulo específico relacionado às remessas, só é possível identificar se uma família recebeu ou não remessas e, em caso afirmativo, qual o volume recebido por cada família. Por isso, foi realizado um cálculo econometrônico para poder avaliar o impacto das remessas de maneira alternativa e poder realizar conclusões com maior grau de solidez.

Análise da distribuição das famílias receptoras de remessas

A informação obtida graças ao ENAHO 2007 permite concluir que apenas 4,5% de quase 6,9 milhões de famílias peruanas recebem remessas do exterior. Isto significa que aproximadamente 1,3 milhões de pessoas se encontram sob a influência de transferências recebidas do exterior. A tabela seguinte apresenta o percentual de recebedores dentro de cada um dos domínios geográficos do país.

⁸ Em consonância com estes resultados, outros autores encontraram evidência de que o recebimento de remessas pode repercutir na composição da despesa. Para o caso mexicano, Taylor (1992) conclui que as famílias receptoras de remessas tendem a investir uma proporção maior de sua renda em ativos relacionados a atividades agrícolas. De maneira similar, Adams (2005) relata que as famílias guatemaltecas que recebem remessas tendem a gastar uma proporção menor de sua renda em alimentos, enquanto aumentam as proporções gastos em educação e saúde.

**Tabela 5.** Peru: Famílias receptoras de remessas por região, 2007.

| Famílias receptoras de remessas | (% do total de famílias de cada domínio geográfico) |
|---------------------------------|---|
| Lima | 9,9 |
| Litoral (resto) | 4,9 |
| Serra | 1,0 |
| Selva | 1,1 |
| Total | 4,5 |

Fonte: ENAHO 2007. Elaboração própria.

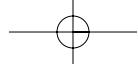
Deste modo, pode-se notar que o percentual de famílias receptoras é mais alto no litoral do Peru, sobretudo em Lima. Isto pode ser explicado porque, como descrito na Seção 2, mais de 70% dos emigrantes peruanos vêm do litoral. Outrossim, é de particular importância analisar a relação que existe entre a pobreza e as remessas. Cabe ressaltar que uma família é considerada pobre se o seu nível de gasto per capita mensal é inferior ao nível de gasto requerido para que seus membros possam ter uma qualidade de vida adequada a suas necessidades básicas, o que no Peru é medido por um índice calculado pelo INEI para cada família, conhecido como a linha de pobreza monetária.⁹

Tabela 6. Peru: Famílias receptoras de remessas conforme o nível de pobreza, 2007.

| Famílias receptoras de remessas | (% do total de cada grupo socioeconômico) |
|---------------------------------|---|
| Pobre extremo | 0,1 |
| Pobre não extremo | 1,5 |
| Não pobre | 6,2 |
| Total | 4,5 |

Fonte: ENAHO 2007. Elaboração própria.

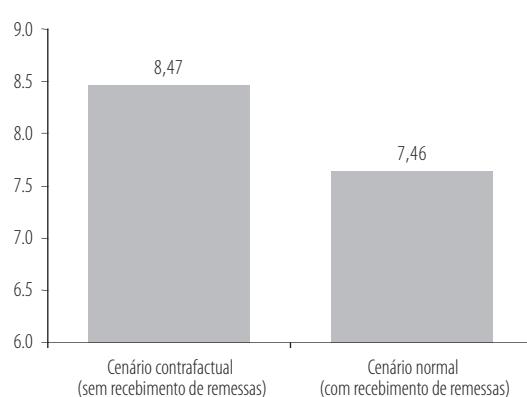
9 O INEI calcula dois índices para cada família: um que estabelece se a família é pobre ao extremo e outro que estabelece se a família é pobre mas não ao extremo.



Os resultados mostram que apenas 0,1% e 1,5% das famílias extremamente pobres e pobres, respectivamente, recebem remessas, enquanto 6,2% das famílias que não se encontram na pobreza recebem remessas.

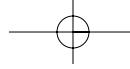
Os resultados obtidos mediante cálculos econométricos mostram que, sob o cenário contrafactual, 8,47% do total de famílias receptoras de remessas se encontravam abaixo da linha de pobreza versus 7,64% sob o cenário normal. Em outras palavras, graças ao recebimento de remessas, 0,83% destas famílias passam de pobres a não pobres. Novamente cabe ressaltar que estes resultados poderiam estar subestimados dado que o recebimento de remessas não gera a saída imediata da pobreza por se tratar de um processo dinâmico no tempo e porque a informação utilizada corresponde a um momento específico no tempo, no qual possivelmente alguns recebedores de remessas já se encontram no processo de saída da pobreza e que por isso não tenham sido considerados nos resultados.

Gráfico 9. *Impacto das remessas sobre a pobreza, 2007.
(% de pobres do total de famílias receptoras de remessas)*



Fonte: ENAHO 2007. Elaboração própria.

Apesar dos resultados apresentados permitirem apreciar o impacto do recebimento de remessas sobre a pobreza, é também interessante mostrar o impacto sobre a renda das famílias. Isto, porque é possível que o recebimento de remessas não seja suficiente para que certas famílias superem a situação de pobreza, mas é provável que lhes permita melhorar sua situação econômica. Assim, tomando como referência uma distribuição de renda de acordo com o nível socioeconômico (NSE) elaborada por Ipsos Apoyo (2007), foi possível estabelecer a distribuição de lares de acordo com a renda média para



ambos os cenários. Os resultados mostraram que, sob um cenário contrafactual, um percentual maior de famílias se encontraria no NSE mais baixo em comparação com o cenário normal com recebimento de remessas.

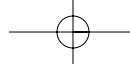
4. POLÍTICAS FOCADAS NO FENÔMENO MIGRATÓRIO

Conforme mencionado no presente artigo, no Peru o fenômeno migratório foi adquirindo importância com o passar dos anos e atualmente mais de 10% da população peruana reside fora do país. Levando em conta este contexto, a citada situação não pode ser considerada alheia à realidade vivida atualmente dentro do país, mas, ao contrário, deve ser incluída e considerada na tomada de decisões e na elaboração de políticas públicas. Deste modo, os países caracterizados por uma elevada imigração têm como prioridade estabelecer uma política eficaz e preventiva na luta contra a migração ilegal e favorecer a integração e adaptação dos cidadãos de terceiros países através de informação adequada e projetos que busquem a defesa dos direitos dos migrantes. No caso peruano, no qual predomina a emigração de cidadãos, o trabalho do Estado deve ser orientado para apoiar e facilitar o envio de remessas que os trabalhadores transferem a seus familiares como apoio econômico. Da mesma forma, deveria ser dado acesso à informação de como investir de maneira produtiva as remessas para que elas tivessem um impacto no desenvolvimento. Por outro lado, com relação à “fuga de cérebros” no Peru, em muitas ocasiões os emigrantes capacitados não retornam ao país por falta de oportunidades ou recursos. Embora o Estado devesse estabelecer um quadro de desincentivo à emigração de pessoas mais capacitadas, esta situação não resulta totalmente negativa, já que em muitas ocasiões podem ser criadas redes de pesquisa, grupos de trabalho e fluxos de informação e aprendizagem que, no final, favorecem o Peru.

Tabela 7. Peru: Políticas públicas associadas à migração.

| Orientação das Políticas | Políticas |
|--|---|
| Simplificação e redução de custos das transferências do exterior | <ul style="list-style-type: none"> • Alianças entre instituições públicas e privadas como bancos; instituições financeiras não bancárias, como cooperativas de crédito e de poupança; instituições microfinanceiras; escritórios postais e organizações locais; entre outras. • Restrição à super-regulação e à criação de tributos sobre as remessas. |
| Busca por canais confiáveis e seguros para a transferência de remessas | <ul style="list-style-type: none"> • Programa de “bancarização” focalizado nas famílias receptoras de remessas, que consiste basicamente em um conjunto de alianças com alguns bancos locais. • Convênios entre a Chancelaria e a empresa de Serviços Postais do Peru (SERPOST) destinados a promover e utilizar as transferências por via postal como meio de envio de remessas devido à extensa cobertura geográfica dessa empresa. |

continua

*continuação*

| Orientação das Políticas | Políticas |
|--|---|
| Aumento do impacto das remessas no desenvolvimento das famílias | <ul style="list-style-type: none"> Incentivos para que as instituições bancárias desenvolvam novos produtos que abranjam remessas. Ex: Fundo MIVIVIENDA (minha habitação). Seguro de remessas. Convênios entre o Ministério das Relações Exteriores e diversas instituições financeiras, para prestar facilidades ao acesso a microcréditos produtivos aos receptores de transferências do exterior. |
| Envolvimento dos emigrantes no desenvolvimento de suas comunidades de origem | <ul style="list-style-type: none"> Solidariedade com meu Povo: Programa que tem como objetivo fazer com que os peruanos residentes no exterior possam contribuir com o crescimento de seus locais de origem perante doações de até 3 mil dólares destinadas a financiar obras de infraestrutura ou de caráter social. |
| Contraponto à "fuga de talentos" | <ul style="list-style-type: none"> Lei de Incentivos Migratórios: medida que tem como objetivo promover o retorno ao Peru de peruanos profissionais ou empresários residentes no exterior mediante a concessão de incentivos tributários. |

Fonte: Ministério das Relações Exteriores (2008). Elaboração própria.

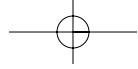
Por outro lado, a assinatura de convênios bilaterais também permite facilitar o fluxo migratório e simplificar as transferências de recursos de um país. Segundo informação do Ministério das Relações Exteriores, o Peru subscreveu convênios em matéria migratória com Argentina, Chile, Bolívia e Espanha, os quais buscam ampliar os benefícios dos emigrantes e realizar algumas simplificações administrativas importantes em matéria de migração, tramitação de admissão e residência.

5. COMENTÁRIOS FINAIS

O presente trabalho concentrou-se em analisar o processo migratório dentro do Peru no período 1990-2007, assim como em identificar as características que o definem e os efeitos socioeconômicos derivados desta migração e as políticas focadas no fenômeno migratório.

Com relação às tendências migratórias nos últimos anos, pode-se identificar que, na primeira metade do século XX, o Peru era um receptor de imigrantes. No entanto, com o desenvolvimento de outros países e as crises dentro do país, esta situação se reverteu, sendo atualmente o Peru um país do qual emigram aproximadamente 1.000 habitantes diários.

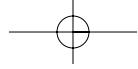
As principais características da emigração no Peru mostram que o principal destino dos emigrantes peruanos são os Estados Unidos (30,6%); entretanto, também são destinos importantes Argentina (14%), Espanha (13%), Itália (10,3%) e Chile (9,3%), países com os quais atualmente o Peru tem convênios em matéria migratória, à exceção da Itália. Outra característica é



que a distribuição entre homens e mulheres é equitativa e que as pessoas migram quando são relativamente jovens e solteiras, isto é, em uma época na qual há pouca dependência, pois 51,2% do total de emigrantes encontravam-se entre os 20 e 39 anos no momento de emigrar e mais de 74% eram solteiros. Por outro lado, é possível identificar que grande parte dos emigrantes era estudante (28,2%). Também identifica-se que mais de 30% dos emigrantes partem de Lima e que aproximadamente 15% o fazem de Puno, o que estaria explicado pela proximidade com a Bolívia. Entre as principais razões que explicam a migração, encontra-se a disparidade de renda e a busca por trabalho, o que se reflete na predominância de jovens que emigram.

Com relação às remessas recebidas pelas famílias dos emigrantes, identifica-se que o Peru é o país com o menor percentual de famílias receptoras de remessas da região, já que em 2001 menos de 4,75% do total de famílias recebia remessas. No entanto, apesar deste resultado, em 2006 a entrada de remessas foi de aproximadamente 3% do PIB. Em média, as famílias recebem US\$ 166 por mês, o que significa um aumento de aproximadamente 20% em sua renda.

Adicionalmente à identificação das características da emigração no Peru nos últimos anos, foi analisado o impacto que as remessas poderiam ter sobre a pobreza e a renda das famílias peruanas. Os resultados mostram que, no caso peruano, o recebimento de remessas reduz a pobreza e a desigualdade. Para o exercício realizado no estudo, o resultado é que o recebimento de remessas reduz em aproximadamente um ponto percentual o nível de pobreza; não obstante, este cálculo pode estar subestimado uma vez que o recebimento de remessas não gera imediatamente a saída da pobreza por se tratar de um processo dinâmico no tempo e porque a informação utilizada corresponde a um momento no tempo, em que, possivelmente, alguns recebedores de remessas se encontravam no processo de saída da pobreza e, por isso, não foram considerados nos resultados. Da mesma maneira, o crescimento acelerado das remessas no Peru e as vantagens deste ingresso tiveram efeitos positivos sobre a estabilidade da renda das famílias receptoras e as condições de vida delas, expressando-se em melhores materiais de construção, maior acesso a serviços básicos, melhor educação, entre outros. Também se mostrou o impacto sobre a renda das famílias, uma vez que é possível que o recebimento de remessas não seja suficiente para que certas famílias superem a situação de pobreza, mas pode ser provável que lhes permita melhorar sua situação econômica. Assim, os resultados mostraram que, sob um cenário contrafactual, 44,5% das famílias receberiam



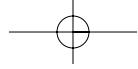
menos de US\$ 171 por mês, enquanto que, sob um cenário normal com recebimento de remessas, este percentual reduz para 40,3%.

Com relação às políticas públicas associadas à migração, apesar de terem sido estabelecidas no Peru algumas poucas medidas para evitar a fuga de talentos, incentivar a repatriação e reduzir os custos de envio de remessas, não é possível identificar se estas medidas tiveram algum impacto, uma vez que não se conhecem os resultados obtidos. Isto se deve principalmente ao fato de as políticas não terem sido orientadas a solucionar os principais problemas do Peru, como o alto nível de subemprego e informalidade devido à rigidez trabalhista e aos altos custos não salariais, os quais impedem que o emigrante retorne sob as mesmas ou melhores condições que aquelas encontradas no exterior. Por isso, para obter um ordenamento dos fluxos migratórios, são necessárias políticas nessa área que maximizem os benefícios e minimizem os custos da migração para o país e que estejam intimamente relacionadas com as políticas de desenvolvimento em nível nacional.

Assim, em primeiro lugar é necessário velar pelo desenvolvimento econômico e social do país de tal maneira que a população conte com maiores incentivos para permanecer no Peru. No entanto, apesar do desenvolvimento que possa ser alcançado, parece difícil deter a fuga de cérebros, por isso, seria recomendável estabelecer redes com os imigrantes que residem fora de tal maneira que sejam geradas externalidades positivas mediante a transferência de conhecimento, sugestões e/ou recursos. Por exemplo, a Rede Mundial de Cientistas Peruanos (RMCP) reúne mais de 3 mil pesquisadores peruanos que desempenham seus trabalhos no exterior e os pesquisadores residentes no Peru com o objetivo de apoiar e fomentar o desenvolvimento da Ciência e Tecnologia em nível nacional para que ela conte com padrões internacionais.

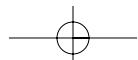
Por outro lado, devem ser implementadas políticas relacionadas à formalização da migração. Assim, o país deve velar para que a saída do país seja realizada por canais legais. Igualmente, seria recomendável outorgar maior fortaleza às políticas orientadas à simplificação e redução de custos das transferências do exterior com o objetivo de formalizar este setor e, desta maneira, dar acesso às famílias a uma série de benefícios que a informalidade limita, como o acesso ao crédito.

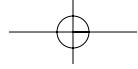
Finalmente, com relação ao bem-estar dos emigrantes, eles devem ser orientados sobre os direitos de proteção e seguridade social aos quais podem ter acesso. Para isto, seria importante prestar informações sobre as instituições que os emigrantes e imigrantes podem procurar ante qualquer situação com o objetivo de preservar seus direitos.



Roberto Abusada Salah é economista, doutor em Economia (Ph.D.) com estudos nas universidades Católica do Peru e Cornell e Harvard dos Estados Unidos. Foi professor de Economia nas Universidades Católica, Boston University e Pacífico, na Escuela Superior de Administración de Empresas e na Universidad Peruana de Ciencias Aplicadas. Trabalhou como consultor para as Nações Unidas, o Banco Mundial e diversos governos, e se especializa em temas de comércio internacional. Entre 1980 e 1983, desempenhou os cargos de vice-ministro de Comércio, vice-ministro de Economia, assim como foi membro do Diretório do Banco Central de Reserva e assessor da Presidência. Durante a primeira metade da década de noventa, foi um dos atores principais na implementação de reformas estruturais no Peru. Atualmente é diretor do Instituto Peruano de Economia e economista país do Latin Source.

Cinthya Pastor Vargas é bacharel em economia (2005) pela Universidad del Pacífico, com estudos na Universidad de Maastricht (2006). Atualmente é economista de Instituto Peruano de Economia. Foi consultora dentro da Direção Geral de Estudos Econômicos do Ministério de Economia e participou em consultorias para o Banco Interamericano de Desenvolvimento e instituições públicas e privadas no Peru.





REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAMS, R. Remittances, Household Expenditure and Investment in Guatemala. *Policy Research Working Paper* n. 3532. Washington, D.C.: Banco Mundial, 2005.
- ALTAMIRANO, T. *Remesas y nueva "fuga de cerebros" impactos transnacionales*. Lima: Fondo Editorial de la PUCP, 2006.
- COX, D., ESER, Z., JIMÉNEZ, E. Motives for Private Transfers Over the Life Cycle: An Analytical Framework and Evidence for Peru. *Journal of Development Economics* 55, p. 57-80, 2005.
- DE LUNA MARTINEZ, J. Workers Remittances to Developing countries: A survey with Central Banks on Selected Public Policy Issues. *Working Paper* n. 3638. Banco Mundial, 2005.
- DE LOS RÍOS, J., RUEDA, C. *¿Por qué migran los peruanos al exterior?* Un estudio sobre los determinantes económicos y no económicos de los flujos de migración internacional de peruanos entre 1994 y 2003. Lima: Centro de Investigación de Universidad Pacífico, 2005.
- DONALD, T., WILSON, S. (Eds.) *Beyond Small Change: Making migrant Remittances Count*. Washington, D.C.: Banco Interamericano de Desarrollo, 2005.
- FAJNZYLBER, P., LÓPEZ, J. *Remittances and Development: Lessons from Latin America*. Washington, D.C.: Banco Mundial, INEI, PUCP, OIM e Ministerio de Relaciones Exteriores (Proyecto: Fortalecimiento a la Política de Vinculación de los Peruanos en el Exterior), 2008.
- IPSOS APOYO OPINIÓN y MERCADO. *Informe Gerencial de Marketing: Niveles Socioeconómicos de la Gran Lima 2007*. Lima, 2007.
- LOVEDAY, J., MOLINA, O. Remesas Internacionales y Bienestar: una aproximación para el caso peruano a partir de la Encuesta Nacional de Hogares. *Consorcio de Investigación Económica y Social*, 2006.
- LOWELL, L., DE LA GARZA, R. The Developmental Role of Remittances in U.S. Latino Communities and in Latin America Countries. *Diálogo Interamericano*, Washington, D.C., 2000.
- OIM, DIGEMIN e INEI. *Perú: Estadística de la Migración de los Peruanos, 1990-2007*. Lima, 2008.
- OIM, INEI. *Características de los migrantes internacionales, hogares de origen y receptores de remesas*. Lima, 2008.
- SÁNCHEZ, A. *La Migración Externa Peruana un fenómeno creciente, aproximaciones a su medición*. Lima, 2006.
- SCHIFF, M. Trade and Factor Movement: Substitution in Markusen's Classic Complementarity Models. *Policy Research Working Paper* n. 3974, Washington, D.C.: Banco Mundial, 2006.
- STARK, O., TAYLOR, J., YITZHAKI, S. Remittances and Inequality. *Economic Journal* n. 96, p. 722-40, 1986.
- TAYLOR, J. Remittances and Inequality Reconsidered: Direct, Indirect, and Inter-temporal Effects. *Journal of Policy Modeling*, 14, p. 187-208, 1992.